

Os rumos da AASPTJ-SP

Diretoria e associados refletem sobre o futuro da Associação diante dos desafios impostos pela atual e futura conjunturas político-sindicais. Saiba tudo o que foi discutido até o momento e os caminhos pensados. [Página 2](#)



Novas formas de
organização dos
trabalhadores

Reforma
sindical

Aposentadorias
no TJ-SP

O papel das
associações
nas mesas de
negociação

Campanha Salarial 2012 [Página 9](#)

Visitas às comarcas do interior [Página 10](#)

Pesquisa Saúde do Servidor do TJ-SP [Página 9](#)

Grupo de Trabalho 30 horas [Página 8](#)

Os rumos da AASPTJ-SP

Em agosto de 2009, logo após assumir a diretoria da AASPTJ-SP, a gestão Participação e Compromisso realizou um trabalho de planejamento estratégico para nortear as ações da Associação durante sua administração. Durante três dias de trabalho, diretores, assessores e membros do Conselho de Representantes discutiram o papel da AASPTJ-SP e de seus associados, sua história e estratégias necessárias para a atual conjuntura.

Uma das questões mais debatidas na época foi sobre o futuro da Associação. Com a proximidade da aposentadoria de boa parte dos assistentes sociais e psicólogos do Judiciário paulista, a AASPTJ-SP corre o risco de perder grande número de associados. Fora isso, a iminência de uma Reforma Sindical que privilegia sindicatos e centrais sindicais em mesas de negociação poderia prejudicar e até mesmo impedir a participação política da Associação.

Nesta edição do DivulGAção organizamos um resumo em ordem cronológica das ações da atual gestão da AASPTJ-SP e os fatos políticos ocorridos que de alguma forma contribuíram e moldaram o debate. Este resgate será importante para refletirmos sobre os rumos da Associação.

22,23 e 24 de agosto/2009 – AASPTJ-SP realiza planejamento estratégico



Diretoria, Conselho de Representantes e assessores reuniram-se para debate e a decisão conjunta de prioridades, metas, prazos para execução e divisão de responsabilidades para a gestão da Associação de 2009 a 2013.

Primeira conversa sobre a preocupação com os rumos da AASPTJ-SP em vista da aposentadoria próxima de muitos profissionais, da falta de perspectiva de novos concursos e da conjuntura política

e sindical com a possibilidade de, a médio prazo, de reformas na legislação.

04/09/2009 – Lei 500: Órgão Especial do TJ-SP acata sugestão de Projeto de Lei

A AASPTJ-SP foi a única entidade de servidores a encampar a luta dos servidores contratados pela Lei 500 admitidos após 2 de junho de 2007 (após a promulgação da Lei 1010/07 que instituiu a SP-Prev), que resultou na sugestão do PL que deverá garantir direitos de 575 servidores, dentre eles 134 assistentes sociais e psicólogos. A AASPTJ-SP acionou o TJ-SP sobre a questão, participou de diversas audiências e propôs ação judicial em defesa dos assistentes sociais e psicólogos que se encontravam nesta condição.

18/09/2009 – AASPTJ-SP registra preocupação com projeto Depoimento Sem Dano do TJ-SP

Em reunião com o coordenador da Infância e Juventude, desembargador Antonio Carlos Malheiros, a diretoria registrou a preocupação com o projeto piloto que o TJ implantaria sobre inquirição de crianças e adolescentes vítimas de violência sexual. A AASPTJ-SP afirmou que seria necessário um debate mais amplo sobre o projeto e a participação dos profissionais

do Serviço Social e da Psicologia. Ainda em 2009, o Conselho Federal de Psicologia e o Conselho Federal de Serviço Social publicariam resoluções proibindo a participação dos profissionais em projetos deste tipo.

17/12/2009 – Projeto de Lei sobre criação de cargos chega a Assembleia

O Projeto de Lei elaborado pelo Tribunal de Justiça, que cria 420 cargos de assistente social e 225 de psicólogo para o interior do Estado foi protocolado na Assembleia Legislativa com o número 49/2009. Mais uma demanda que foi encabeçada pela AASPTJ-SP, que colocou diversas vezes ao TJ-SP a necessidade de

realização de novos concursos. O PL encontra-se na ordem do dia para ser votado até hoje.

05/02/2010 – AASPTJ-SP visita Fórum do Ipiranga

Em visita às profissionais do fórum conversou-se sobre a escassez de assistentes sociais e psicólogos no local, situação que se agravará nos a curto prazo com a aposentadoria de quatro técnicas.

24/02/2010 – AASPTJ-SP visita Fórum da Penha

Diretoras e assessoras conversaram com assistentes sociais e psicólogas da vara para conhecer suas demandas e questões profissionais. Tiraram dúvidas e falaram sobre ações e projetos da Associação.

07/04/2010 – AASPTJ-SP visita Fórum de Santo Amaro

As diretoras falaram sobre algumas questões de interesse das categorias e que têm motivado algumas ações e projetos da AASPTJ-SP. Falou-se sobre levantamento na capital sobre número de profissionais que irão aposentar-se nos próximos dois anos e sobre o Projeto de Lei Nº 49/2009. A AASPTJ-SP também conversou com o juiz da Infância e Juventude Iassim Issa Ahamed, com a juíza auxiliar, Sirley Claus Tonello e com as promotoras Wanderleia Lenci e Regina Oliveira Costa.

14/04/2010 – Assembleia geral de servidores decide: greve



Cerca de 3 mil servidores presentes na Assembleia Geral na Praça João Mendes decidiram pela greve da categoria a partir do dia 28 de abril daquele ano, após esgotarem-se todas as tentativas de abertura das negociações seguidamente ignoradas pelo TJ-SP.

19/04/2010 – AASPTJ-SP fala sobre capacitação continuada com desembargadores

Diretoras foram recebidas pelos desembargadores Samuel Alves de Melo, presidente do Núcleo de Gestão e Método, e Antonio Carlos Malheiros com o objetivo de conversar sobre a necessidade de um projeto por parte do TJ-SP de capacitação continuada para os profissionais de Serviço Social e Psicologia.

ASPTJ-SP

05/05/2010 – Entidades ingressam com dissídio coletivo, TJ-SP não consegue parar mobilização

Naquele dia o então presidente do TJ, desembargador Antonio Carlos Viana Santos recebeu as entidades e numa manobra combinada com o governo do Estado, tentou desmobilizar a greve. Afirmou que a Assembleia Legislativa, cuja maioria era da base governista, não aprovaria o Plano de Cargos e Carreiras enquanto os servidores estivessem em greve.

A primeira audiência do dissídio coletivo já estava marcada e os servidores decidiram em assembleia naquela tarde manter a greve.

11/05/2010 – Não há acordo na primeira audiência do dissídio coletivo

Representantes dos servidores, do Tribunal de Justiça, do governo do Estado e do Ministério Público participaram da audiência que terminou sem acordo. Nem Tribunal de Justiça, nem governo apresentaram proposta de negociação.

12/05/2010 – Assembleia Legislativa aprova Plano de Cargos e Carreiras

Servidores lotaram a plenária da Alesp para acompanhar a votação e pressionar os deputados pela aprovação do Plano. Foi uma vitória importante há muito esperada pelos servidores do Judiciário, após o Projeto de Lei ficar cinco anos parado na Assembleia.

14/05/2010 – TJ-SP concede liminar ao governo do Estado

O desembargador Elliot Akel concedeu liminar a favor do governo do Estado de São Paulo, determinando que o Sindicato União “abstenha-se de promover a paralisação, total ou parcial, das atividades de seus representados (...), sob pena de multa diária de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) (...), determinando-lhe, mais, que não deflagre outras greves até o julgamento definitivo do dissídio». A decisão tratava apenas de julgamento de uma liminar. A legalidade da greve ainda seria decidida no dissídio, mas já representou um obstáculo ao movimento grevista.

24/05/2010 – Governo do Estado ajuíza ação de inconstitucionalidade contra Regimento Interno do TJ-SP

O movimento de paralisação dos servidores do Judiciário realmente mexeu com o brio do governo do Estado. Além de entrar com liminar contra o Sindicato União, ajuizou uma AdI – Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI 4417), no Supremo Tribunal Federal (STF), contestando dispositivos do Regimento Interno do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP) que definiriam ser competência daquela corte fixar novas condições de remuneração e trabalho em dissídio coletivo por greve de servidores estatutários.

26/05/2010 – Plano de Cargos é sancionado pelo governador

Publicado no Diário Oficial do Executivo daquele dia a sanção do governador do Estado, Alberto Goldman, da Lei Complementar Nº 1.111, que instituiu o Plano de Cargos e Carreiras dos servidores do Tribunal de Justiça. Após cinco anos de tramitação na Assembleia Legislativa, finalmente o Plano foi aprovado e sancionado, graças à luta dos servidores mobilizados,

que pressionaram Legislativo e Executivo a aprovar o Projeto. A partir de 1º de julho o TJ-SP deveria implementar o Plano.

03/06/2010 – Servidores ocupam Palácio da Justiça

Ao final de mais uma assembleia, enquanto a comissão de negociação das entidades encaminhava-se ao Palácio da Justiça na tentativa de ser recebida pelo presidente do TJ-SP Antonio Carlos Viana Santos, servidores ocuparam o prédio de forma pacífica e lotaram o corredor do 5º andar, organizados previamente por algumas das entidades de servidores, as quais vieram a informar as demais posteriormente a essa ação. A polícia cercou o palácio e o corredor de acesso ao gabinete da Presidência. Centenas de servidores que não entraram no Palácio ocuparam as escadarias e todas as entradas do prédio. Após horas de espera e mediação dos deputados estaduais Fernando Capez (PSDB), Major Olimpio (PDT) e Maria Lucia Prandi (PT), que se encaminharam ao TJ a pedido dos servidores, a comissão foi recebida por juízes assessores da Presidência e pelo desembargador Antonio Carlos Malheiros.

10/06/2010 – Servidores ocupam o Fórum João Mendes

Naquele dia o Órgão Especial do TJ-SP, após defesa do desembargador Antonio Carlos Malheiros para suspensão da Resolução 520/2010 e do Comunicado 56/2010, decidiu por 19 votos a 5 manter os descontos dos dias parados. A maioria dos que votaram contra os servidores afirmaram que o Tribunal poderia reabrir as negociações apenas se a greve terminasse.

Frente a essa atitude do Órgão Especial cerca de 110 servidores ocuparam o saguão do Fórum João Mendes. O prédio foi fechado pela polícia militar e estes servidores decidiram por manter-se no local até que houvesse negociação por parte do TJ-SP. Diversos grevistas em solidariedade passaram a noite na Praça João Mendes. O Tribunal proibiu a entrada de água e alimentos, bem como a cobertura da imprensa. O então presidente, Antonio Carlos Viana

Santos proferiu a frase que ficaria conhecida como símbolo da truculência do TJ-SP: “Se alguém levar um pedaço de pão a eles estará desobedecendo uma ordem minha”.

Deputados, senadores e representantes dos direitos humanos tentaram, sem muito sucesso, intermediar uma negociação com o TJ-SP. Diversos fóruns em todo o Estado fecharam as portas em solidariedade aos colegas grevistas.

Os ocupantes deixaram o prédio pacificamente dois dias após a ocupação.

17/06/2010 – Segunda audiência do dissídio coletivo também termina sem acordo

O TJ-SP apenas acenou com a perspectiva de encaminhamento à Assembleia Legislativa de Projeto de Lei de 4,17% retroativo a 1º de março. Os advogados das entidades alegaram que o TJ tinha autonomia para conceder a reposição mediante majoração da gratificação judiciária, sem a necessidade de Projeto de Lei, que corria o risco de não ser aprovado. O representante do governo afirmou que não havia recursos para suplementação orçamentária e que, no entendimento do Executivo, a aprovação do Plano de Cargos e Carreiras dos Servidores já era a motivação necessária para o encerramento da greve. Os dirigentes de entidades protocolaram pedidos de audiência no CNJ e no STJ, sendo que no final da tarde uma comissão foi recebida pela assessoria do conselheiro Marcelo Neves. O CNJ expediu uma recomendação para que o Tribunal de Justiça não desconte os dias parados. Aguardamos agora que o Tribunal cumpra a decisão.

02/07/2010 – Medida cautelar contra descontos

O departamento jurídico da AASPTJ-SP ingressou, juntamente com o Sindicato União e demais entidades de classe com uma Medida Cautelar Inominada perante o Relator do Agravo Regimental no Dissídio Coletivo pedindo decisão liminar para que suspendessem a Resolução 520/10 até final julgamento do Dissídio.



07/07/2010 – TJ-SP e PM agem com agressão durante assembleia dos servidores



Spray de pimenta, balas de borracha e bombas de efeito moral. Foi isso o que os servidores do Judiciário paulista receberam no fim da assembleia geral daquela tarde. De forma repressora e covarde, a Polícia Militar partiu para cima dos trabalhadores, que de forma pacífica organizaram um manifesto que consistia em “abraçar” o Fórum João Mendes por cerca de meia hora. Em um comunicado oficial, alegou de forma não condizente com a realidade, que o tumulto foi iniciado “com uma pedrada desferida contra a cabeça de um oficial da polícia militar”. No entanto, nem a PM nem o TJ identificaram o policial agredido.

03/08/2010 – Senado aprova 30 horas para assistentes sociais

O Projeto de Lei 152/2008, que define a jornada máxima de trabalho de assistentes sociais em 30 horas semanais sem redução salarial, foi aprovado no plenário do Senado Federal, em Brasília. Foram anos de luta. A lei foi sancionada no dia 26 de agosto.

03/08/2010 – Servidores vão a Brasília e conquistam recomendação do CNJ para não desconto dos dias parados e somam a sua luta a marcha das 30 horas dos assistentes sociais



Cerca de mil servidores do Judiciário paulista encararam mais de 15 horas de estrada e o calor massacrante de Brasília por mais um dia inteiro na porta do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Houve um ato conjunto com os cerca de 3 mil assistentes sociais, participantes do Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, que programaram uma caminhada até o Congresso Nacional pela aprovação do PL 152/2008, que institui a carga de 30 horas semanais para a categoria. Do Congresso, seguimos para a frente do prédio do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Foram mais de oito horas aguardando por uma reunião da Comissão de Negociação com o corregedor nacional de Justiça, ministro Gilson Dipp, que não recebeu os servidores.

04/08/2010 – Servidores lotam audiência pública na Assembleia Legislativa

Após uma longa viagem de retorno de Brasília, a caravana de 18 ônibus seguiu direto para a Assembleia Legislativa, onde outros servidores que não foram à capital federal aguardavam o início de mais uma assembleia geral da categoria.

Em seguida, os servidores lotaram o Plenário Franco Montoro e mais outros três para acompanhar a audiência pública, proposta pelo deputado estadual Carlos Giannazi (PSOL). O desembargador William Campos tentou a impossível tarefa de defender a Instituição. Também fez um apelo para que os deputados intermediassem as negociações junto ao governo do Estado para a liberação de verbas.

11/08/2010 – Tribunal de Justiça “erra” cálculos do orçamento

A Comissão de Negociação dos servidores conseguiu, finalmente, provar para o próprio Tribunal que os cálculos feitos pela Comissão de Orçamento do TJ-SP para garantir uma reposição salarial dos servidores de 4,77% estavam errados. O TJ alegava que precisava de uma suplementação de verbas do Executivo de R\$ 156 milhões para garantir a reposição salarial. A Comissão das entidades mostrou aos desembargadores Campos e Samuel Alves de Melo Junior que o cálculo estava super dimensionado e que, na realidade, o TJ necessita de R\$ 67 milhões, um montante que poderia ser adiantado do duodécimo, já garantindo a imediata reposição salarial. No entanto, isso não foi suficiente para que a greve terminasse. O Tribunal reconheceu que seus cálculos estavam errados e que os números apresentados pela Comissão estavam corretos. No

entanto, não vão garantir a reposição pelo duodécimo. Alegaram que isso acarretaria descumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal.

30/08/2010 – Greve é considerada legal

Com novo relator – desembargador Samuel Alves de Melo -, o dissídio coletivo teve outra audiência de conciliação. Com base no Artigo 37, VII da Constituição Federal e o julgamento dos Mandados de Injunção 708-DF e 712-PA pelo Supremo Tribunal Federal (STF) e ainda com base no Artigo 5, II também da CF (*), o relator considerou a greve dos servidores do Judiciário legal. Na ocasião, o Tribunal apresentou a proposta de que 90% de cada setor deveria trabalhar normalmente e apenas 10% poderia participar da greve. O Ministério Público afirmou que em seu entendimento 85% de funcionamento deveria ser garantido. As entidades reateram que um percentual tão elevado não permitiria um movimento de paralisação e que a greve só ocorreu justamente por descaso do TJ-SP em não cumprir a data-base. Os representantes dos servidores insistiram que os serviços essenciais estão sendo cumpridos e que um índice de funcionamento de 30% estaria de acordo com a lei. Como não houve acordo, o relator do dissídio decidiu pelo índice de 60% de funcionamento de cada setor.

01/09/2010 – Greve do Judiciário termina com acordo no dissídio coletivo



Terminava a maior greve da história do Judiciário paulista, com um acordo homologado no dissídio coletivo. A Presidência do Tribunal de Justiça se compromete a proceder a revisão, relativa à reposição pretendida no dissídio coletivo (20,16%), a partir de janeiro de 2011, visando atingir, no mínimo, 4,77%. Os dias descontados por conta da paralisação serão restituídos por folha suplementar ainda no mês de setembro. As faltas poderão ser compensadas mediante mutirão e/ou utilização do banco de horas, licença-prêmio, créditos de férias atrasadas, FAM, a critério de cada servidor.

11/09/2010 – Reunião de associados na AASPTJ-SP

A AASPTJ-SP chamou uma reunião aberta com todos os associados para tratar de temas tais como avaliação da atual conjuntura do TJ-SP, das necessidades dos assistentes sociais e psicólogos (nova

AASPTJ-SP

Lei de 30 horas para assistentes sociais, audiência concentradas, etc.), do movimento de greve e seus desdobramentos. Foi apontado o importante papel da Associação e seus associados durante o movimento de paralisação e as negociações com o Tribunal e de como esse papel poderá ser afetado em decorrência de possíveis mudanças na legislação sindical.

11/09/2010 – Psicólogos: 30 horas já!

A convite da diretoria da AASPTJ-SP, o vice-presidente do Sindicato dos Psicólogos de São Paulo, Arlindo da Silva Lourenço, participou de reunião com associados para trazer informes sobre a luta pela redução da jornada de trabalho dos psicólogos. A Associação encampou essa luta juntamente com outras entidades, participou de movimentos e de audiências no Senado em Brasília e na Assembleia Legislativa de São Paulo. Sua última ação foi criar o Grupo de Trabalho 30 horas junto a associados para discutir formas de mobilização pela aprovação do PL para os psicólogos e pela manutenção da redução da jornada já conquistada por lei pelos assistentes sociais. A primeira reunião do grupo ocorreu no dia 8 de março de 2012.

14/10/2010 – Entidades discutem novos critérios para reposição da greve

Contrariando o que havia sido acordado no dissídio coletivo, o TJ-SP emitiu um comunicado (SGRH Nº. 75/2010) determinando que os dias parados da greve fossem compensados hora a hora e não por mutirão. Atendendo à solicitação do desembargador Antonio Carlos Malheiros, as entidades reuniram-se para elaboração de uma minuta com proposta de publicação em Diário Oficial de um novo comunicado.

28/10/2010 – Entidades do Judiciário reúnem-se com OAB-SP e Apamagis

Entidades representativas dos servidores reuniram-se com a diretoria da OAB-SP e da Apamagis, com o objetivo de firmar parceria afim de se evitar novos cortes no orçamento do TJ-SP e outros movimentos de paralisação.

20/11/2010 – Entidades denunciam situação do TJ-SP à Eliana Calmon corregedora do CNJ

Aproveitando a vinda da ministra corregedora do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Eliana Calmon, a São Paulo, na última sexta-feira para participar do evento “1 Fórum Nacional do Judiciário para a Saúde”, as entidades representativas dos servidores do Judiciário marcaram uma audiência para falar sobre a situação do Tribunal paulista. Os representantes dos servidores entregaram a Eliana diversos documentos com as demandas da categoria, além de um dossiê sobre o orçamento do TJ, antecipando o que o CNJ constataria no final de 2011: que verbas eram usadas irregularmente.

03/12/2010 – Reunião do Conselho de Representantes e Assembleia de associados

Foi apresentado um resumo de todas as ações realizadas pelos Grupos de Trabalho (Articulação e participação, Comunicação, Condições de Trabalho e Autonomia financeira) e projetos futuros. Noticiou-se que a Associação atingiu a marca de 1868 associados, sendo 1229 assistentes sociais e psicólogos e a importância de se manter esse crescimento.

10/12/2010 – TJ anuncia revisão do auxílio-alimentação e reposição de 4,77%

O TJ-SP divulgou portaria que revia o valor do auxílio-alimentação, instituído pela Lei 7.524/91, alterando o valor diário de R\$ 9,00 para R\$ 25,00, valor esse retroativo a 1º de dezembro. Também retroativo a 1º de dezembro daquele ano, o TJ-SP pagaria os 4,77%.

31/01/2011 – AASPTJ-SP estuda realização de pesquisa sobre saúde do servidor do Judiciário

Uma das ações do GT Condições de Trabalho foi a de iniciar os estudos sobre a realização de uma pesquisa sobre a saúde do servidor do Tribunal de Justiça de São Paulo. A AASPTJ-SP convidou as demais entidades representativas dos servidores para participarem do projeto. O grupo que assumiu a pesquisa foi: AASPTJ-SP, Assojuris, Assojubs e Affocos. A pesquisa encontra-se em fase inicial (veja texto de divulgação sobre a pesquisa neste jornal).

16/02/2011 – AASPTJ-SP realiza visita à equipe técnica do Fórum Regional Santana

Foram abordadas, entre outras coisas, a questão da luta pela jornada de 30 horas para os psicólogos e a necessidade da participação da categoria nesse processo, e a premência da realização de concursos para reposição e ampliação do número de profissionais.

25/02/2011 – Reunião do Conselho de Representantes

Abordou-se, entre outras coisas, a necessidade de se estudar uma reforma no Estatuto da AASPTJ-SP para possibilitar a entrada de novos associados (caso assim seja ratificado pelos associados).

16/03/2011 – Assistente social e psicólogo voltam a registrar o ponto uma vez ao dia

A diretoria reuniu-se com o juiz auxiliar da Presidência Nuncio Theophilo Neto no dia 14 para discutir a questão. Atendendo ao nosso pedido, o juiz elaborou parecer que subsidiou o comunicado Nº. 156/2011 (D.O.J de 16/03/2011), que voltou a instituir o registro do ponto biométrico uma vez ao dia para assistentes sociais e psicólogos.

18/03/2011 AASPTJ-SP debate nova organização trabalhista com especialistas

Preocupada com os rumos da Reforma Sindical e a nova organização trabalhista no Brasil, a AASPTJ-SP convidou dois especialistas que prestaram importantes esclarecimentos à diretoria e a alguns membros do Conselho de Representantes: o professor doutor Arnaldo Mazzei Nogueira, especialista em relações de trabalho, e Dirceu Travesso, dirigente Central Sindical Popular Conlutas.

Ambos fizeram um breve mapeamento da história do sindicalismo no Brasil, apontando as conquistas, as crises e as transformações pelas quais as lutas sociais e dos trabalhadores passaram até os dias atuais.

19/03/2011 – Assembleia Geral de associados/ Criação do Fórum de Debates Pró Organização Política e Sindical dos Trabalhadores em Atividades Psico Sociais

A Diretoria fez um breve resumo sobre a atual conjuntura da nova organização trabalhista dos servidores do Judiciário, com a formação de sindicatos regionais, como por exemplo, na Baixada Santista e em Campinas, com consequência do movimento de greve de 2010, os rumos das negociações com o TJ-SP e a conjuntura política atual e futura.

Relatou-se sobre as duas palestras que ocorreram na sede da AASPTJ-SP com especialistas sobre o tema: o professor doutor Arnaldo Nogueira, da USP e da PUC-SP, e com Dirceu Travesso, dirigente Central Sindical Popular Conlutas. Ambos prestaram importantes esclarecimentos à diretoria e a alguns membros do Conselho de Representantes sobre a história do sindicalismo no Brasil e possíveis novos modos de organização trabalhista. Elisabete Borgiani, presidente da AASPTJ-SP, apresentou a proposta de se criar um fórum de debates sobre o tema na sede da Associação, com a participação também de assistentes sociais e psicólogos do sistema de garantia de direitos, para aprofundar os debates sobre o tema. A proposta foi aprovada pela maioria dos presentes.

02/04/2011 – Conselho de Representantes define primeira reunião do Fórum de Reflexões políticas

Para pensar na organização deste fórum, a diretoria da AASPTJ-SP realizou uma reunião com o Conselho de Representantes. Decidiu-se que a primeira reunião do fórum seria no dia 28 de maio.

07/04/2011 – Entidades e Tribunal iniciam negociações para 2011

As entidades representativas dos servidores do Judiciário foram recebidas pelo desembargador William Campos e pelos juizes auxiliares José Eduardo Marcondes Machado e Hamid Charaf Bdine Junior para dar início às negociações sobre a data-base de 2011 e outras reivindicações da categoria. As nego-



AASPTJ-SP

ciações arrastaram-se por meses. O Tribunal sempre alegando necessitar de verbas do Executivo. As entidades apresentaram uma proposta de reposição de 8%. Outro ponto que não tinha solução era quanto à reposição da greve de 2010 por mutirão e não por compensação hora a hora.

20/05/2011 – TJ-SP concede 6,43%, mas não determina data para o retroativo

O então presidente, desembargador Jose Roberto Bedran, recebeu pessoalmente as entidades para anunciar a reposição salarial de 6,43% a partir de junho daquele ano. Nada se definiu sobre a retroatividade, nem sobre a proposta das entidades de 8%.

28/05/2011 – Primeira reunião do Fórum de Debates

Contou com a participação de profissionais do Poder Judiciário, da Defensoria Pública, da Fundação Casa, do Sindicato dos Psicólogos, da Psicologia do Trânsito, de Ongs, do Sistema Prisional, da Secretaria da Saúde, do Caps, além de estudantes de Serviço Social da Uniban. Foi feita a apresentação do Fórum e seus objetivos e análise sobre as condições de trabalho e salário dos assistentes sociais e psicólogos. Em seguida ocorreu a palestra “Análise de conjuntura e da organização sindical”, ministrada pelo sociólogo, historiador e professor adjunto da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Mauro Iasi.

15/06/2011 – Entidades discutem orçamento de 2012 com Tribunal

Uma comissão das entidades reuniu-se com o TJ-SP para a discussão da peça orçamentária do TJ-SP para o exercício de 2012, que seria votada no Órgão Especial na tarde do mesmo dia. A proposta de orçamento contemplava: índice de reposição salarial de 14,69%, período abril de 2002 à fevereiro de 2009; índice de 1% de ganho real; passivo dos servidores (advindos de férias, licenças-prêmio, FAMs etc, devidos e não pagos); índice de 8% (projeção para 1º de março de 2012) de reposição salarial; majoração dos auxílios saúde, alimentação e transporte; acréscimo de aproximadamente duas mil vagas para o programa Creche Escola. Porém, como ocorre todo ano, o Executivo cortou o orçamento do TJ em mais de 50%.

09/07/2011 Segunda reunião do Fórum de Debates Pró Organização Política e Sindical dos Trabalhadores em Atividades Psico Sociais

Tivemos a palestra proferida por Antonio Carlos Mazzeo, professor do Departamento de Ciência Política da Unesp de Marília e autor dos livros: “Estado e burguesia no Brasil”, “Sinfonia inacabada – A política dos comunistas no Brasil” e “O voo de Minerva – A constituição da política, do igualitarismo e da democracia no ocidente antigo”. O tema abordado foi “Análise da reforma do Estado e seus impactos nas condições, jornada e salário de assistentes sociais e psicólogos”.

18/07/2011 – Diretoria da AASPTJ-SP visita Bauru

Estimular a reflexão dos profissionais sobre temas que se apresentam no cotidiano de trabalho tais

como: as perícias em Vara de Família, o depoimento especial de crianças e adolescentes vitimizados e a judicialização dos conflitos e a apresentação das ações que vem sendo realizadas pela Associação em prol de melhorias das condições de trabalho e de questões técnicas motivaram o encontro na região.

26/07/2011 – Seminário Criança, Violência e Proteção de Direitos

Com a participação de 350 profissionais e 50 estudantes, o Seminário “Criança, Violência e Proteção de Direitos”, foi um momento de debate e reflexão de alto nível, propiciando aos participantes informações fundamentadas a respeito da escuta judicial de crianças, as possibilidades de proteção, e o papel dos profissionais do sistema de garantia de direitos.

Dando continuidade a este projeto, a AASPTJ-SP em parceria com o Cress-SP encomendou pareceres a diversos especialistas do Serviço Social, da Psicologia e do Direito sobre a questão da prática da escuta judicial de crianças e adolescentes vítimas de violência sexual. A coletânea de pareceres resultou no livro “Violência sexual e escuta judicial de crianças e adolescentes – A proteção de direitos segundo especialistas”, que será lançado no dia 13 de abril de 2012 em São Paulo. Na mesma data ocorrerá o seminário “Escuta judicial de crianças e adolescentes – Proteção de direitos: Dever de todos”, também organizado pela AASPTJ-SP e pelo Cress-SP.

05/08/2011 – Reunião do Conselho de Representantes e Assembleia de associados

Foram colocados informes gerais sobre as atividades técnicas e políticas desenvolvidas pela AASPTJ-SP. Também situou-se os associados sobre o andamento do Fórum de Debates Pro Organização Política e Sindical dos Trabalhadores em Atividades Psico Sociais, da pesquisa saúde, reuniões com demais entidades e com o Tribunal de Justiça.

06/08/2012 – Terceira reunião do Fórum de Debates Pró-Organização Política e Sindical dos Trabalhadores em Atividades Psico Sociais

Para esta reunião, foram convidados os sindicatos representantes dos trabalhadores em atividades psico sociais para falarem sobre o que têm feito pela defesa das condições de trabalho, salário e redução da jornada de trabalho destes profissionais. Foram convidados: Sindicato dos Servidores do Ministério Público do Estado de São Paulo (Sindserv), Sindicato dos Trabalhadores em Entidades de Assistência e Educação à Criança, Adolescente e à Família do Estado de São Paulo (Sitraemfa), Sindicato União, que representa os servidores do Judiciário, Sindicato dos Psicólogos (Sinpsi), Sindicato dos Servidores Públicos do Estado de São Paulo, Sindicato dos Funcionários do Sistema Prisional do Estado de São Paulo (Sinfuspesp), além dos Conselhos Regionais de Serviço Social e Psicologia. Compareceram representantes do Sitraemfa, Cress-SP, Sinpsi e Sinfuspesp.

31/08/2011 – Sindicato União não consegue ser reconhecido como representante único da categoria

O ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF), negou seguimento (arquivou) à Ação Originária (AO) 1677, por meio da qual o Sindicato União dos Servidores do Poder Judiciário de São Paulo pedia para ser reconhecido como representante único da categoria com vistas à participação dos servidores na elaboração da proposta orçamentária do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP). Decisão importante visto que a participação das associações representativas dos servidores poderia ser questionada, caso a decisão do STF fosse favorável ao sindicato.

29/09/2011 – Lançamento da Frente Parlamentar em Defesa dos Servidores e do Poder Judiciário

Sob coordenação do deputado José Bittencourt (PDT) foi lançada a Frente com o objetivo de tratar das questões do Judiciário. Os deputados presentes falaram sobre a importância de se valorizar o trabalho dos servidores do Judiciário paulista que são quem carrega a Justiça nas costas e fazem o TJ funcionar. A presidente da AASPTJ-SP, Elisabete Borgianni, falou sobre a importância da aprovação do PL 49/2009, que cria cargos de assistentes sociais e psicólogos para o interior e encontra-se na ordem do dia para votação.

07/10/2011 – Terceirização no TJ-SP

Uma das preocupações dos assistentes sociais e psicólogos do Judiciário – a ameaça da terceirização de seus serviços – voltou a assombrar. A empresa Competitividade anunciou em seu site que foi contratada pelo TJ-SP com a finalidade de “terceirizar” serviços que, até então eram realizados por funcionários concursados, incluindo assistentes sociais e psicólogos.



AASPTJ-SP

11/10/2011 – TJ-SP concede 1,5% a partir de novembro

O presidente Bedran compareceu à reunião e anunciou que o TJ-SP concordou em conceder reajuste de 1,57% a partir do holerite de novembro, completando, assim, os 8% propostos pelas entidades. Mas, ficou para 2012 a questão do pagamento dos atrasados da reposição salarial de 2010 (4,77% entre março e novembro) e 2011 (6,43% de março e abril). A questão do mutirão para reposição dos dias parados também continuou sem solução.

19/10/2011 – Comissão de Recursos Humanos e Condições de Trabalho dos Servidores do Poder Judiciário Paulista

Representantes das entidades eleitos para a Comissão realizaram a primeira reunião com a diretora do SRH Lilian Salvador de Paula e a Diretora do SGRH Diva Elena Gatti da Mota Barreto. Foram protocoladas e discutidas as questões relacionadas a aplicação dos cálculos salariais decorrentes dos PCCs, participação paritária no comitê de avaliação e desempenho, participação paritária na comissão permanente de insalubridade, dentre outros. Também começou-se a discutir um projeto para o Instituto de Remoção, previsto no Plano de Cargos e Carreiras. Outras reuniões foram realizadas. O projeto foi entregue ao atual presidente do TJ-SP, desembargador Ivan Sartori, no dia 24 de fevereiro de 2012.

28/10/2011 – AASPTJ-SP visita São José do Rio Preto

Foram divulgadas as ações que a atual gestão vem desenvolvendo no campo político-administrativo. Discutiu-se a iniciativa do Tribunal de terceirizar os serviços de assistentes sociais e psicólogos para atuar nas Varas de Violência Doméstica, mediante contratos de trabalho temporários, que podem colocar em risco a continuidade do atendimento. Falou-se sobre a relevância do Fórum de Debates como movimento de articulação promovido pela AASPTJ-SP.

21/10/2011 – AASPTJ-SP em Presidente Prudente



Os assistentes sociais e psicólogos da região receberam diretores da AASPTJ-SP para falar sobre a necessidade de se aumentar o número de associados para que a Associação continue crescendo sem perder o seu reconhecimento político-institucional, sobre a luta pela realização de novos concursos no Tribunal e sobre a luta por melhores condições de trabalho.

08/11/2011 – Encontro da AASPTJ-SP e profissionais das comarcas da região de Limeira

Esse encontro dividiu-se em duas etapas, sendo que no período da manhã realizou-se uma reunião apenas com os profissionais do Fórum de Limeira, oportunidade em que se discutiu questões internas de funcionamento. Na parte da tarde houve uma reunião mais ampla, reunindo assistentes sociais e psicólogos judiciários da região.

16/11/2011 – Profissionais da região de Osasco recebem AASPTJ-SP

Na ocasião, foram apresentadas as ações da Associação, através de seus GTs, especificando as principais atividades referentes aos aspectos técnicos, políticos e administrativos. Abordou-se também a questão do estudo e reflexão acerca dos rumos desta entidade e seu estatuto frente a uma possível mudança futura em termos de organização sindical e associativa.

25/11/2012 – Fórum de Debates: Condições de trabalho e adoecimento, organização dos trabalhadores e a conquista da redução da jornada de trabalho

Aconteceu no dia 25 de novembro a última reunião de 2011 do Fórum de Debates Pro Organização Política e Sindical dos Trabalhadores em Atividades Psico-Sociais. O destaque do Fórum foi o seminário "Condições de trabalho e adoecimento, organização dos trabalhadores e a conquista da redução da jornada", que teve como palestrantes a professora e especialista em saúde do trabalhador, Dra. Renata Paparelli e o cientista social e diretor da Assojubs, Hugo Coviello.

02/12/2011 – AASPTJ-SP em Registro

Durante o encontro foram discutidos assuntos relacionados às demandas do cotidiano profissio-

nal, análise da conjuntura atual frente à reforma sindical e os rumos da Associação. Toda a construção do diálogo com os associados foi feita por meio das explicações sobre as ações da AASPTJ-SP definidas no Planejamento estratégico e desenvolvidas durante este período de gestão.

14/12/2011 – Última reunião do ano com TJ-SP

A última reunião da gestão Bedran foi marcada pela negativa do presidente em aceitar a proposta das entidades de reposição dos dias parados da greve de 2010 por cumprimento de metas. Apesar de o termo "mutirão" constar do acordo homologado no dissídio coletivo, o TJ insiste em alegar que a compensação deve ser hora a hora. De acordo, com o desembargador Wiliam Campos, Bedran não se sentia "confortável" para decidir-se pelo mutirão a poucos dias de terminar a sua gestão.

10/02/2012 – AASPTJ-SP visita região de Assis/Marília



O objetivo da visita foi a integração e conscientização por parte dos associados da atual situação da entidade, do contexto político que estamos vivendo e a necessidade de repensarmos a organização e o Estatuto da AASPTJ-SP.

Os associados foram incentivados a participarem das várias frentes de trabalho e de enfrentamento da associação através de Grupos de Trabalho (GTs) dos seguintes assuntos: 30hs da Psicologia, Ações políticas (entidades, TJ), AASPTJ nacional, Capacitação (cursos supervisão, assessoria), Condições de Trabalho (pesquisa da Saúde), Aposentados.

11/02/2012 – Reunião do Conselho de Representantes

O principal ponto de discussão da reunião foi sobre os rumos da Associação. A Diretoria falou sobre as visitas realizadas até o momento por diversas regiões do Estado e como o tema foi apresentado e debatido com os associados, que têm aproveitado para dirimir dúvidas e apresentar suas opiniões. Até o momento, a proposta que parece prevalecer sobre as demais é a de que a AASPTJ-SP possa também representar assistentes sociais e psicólogos de outros tribunais do Estado de São Paulo e que encabece e participe da criação de uma associação nacional (veja as propostas no box).



24/02/2012 – Ivan Sartori recebe entidades pela primeira vez

Tudo indica que a campanha salarial de 2012 também será longa e difícil. Apesar de anunciar aos servidores via intranet horas antes da reunião com as entidades que pretende conceder uma reposição salarial de 6 ou 7%, Sartori afirmou que não há dinheiro para isso e que tudo depende de negociação com

o Executivo. Uma reunião entre o presidente e o governador ocorreu alguns dias depois. Mas, até o momento não há nenhuma notícia concreta de quando ocorrerá a reposição.

A proposta do mutirão para reposição da greve voltou a tona no encontro com o novo presidente, que após longo debate, determinou que os grevistas cumpram 40 horas de reposição até o próximo dia 31 de julho de 2012.

As opções futuras

Levando em conta a proximidade da aposentadoria de diversos profissionais e diminuição do quadro de associados, a dificuldade em se garantir a realização de novos concursos, a Reforma Sindical e a problemática da representação em mesa de negociação, a reflexão proporcionada pelo Fórum de Debates Pró Organização Política e Sindical dos Trabalhadores em Atividades Psico-sociais e o debate com associados em reuniões, assembleias, visitas regionais e enquete no site, a AASPTJ-SP pensou em duas opções de nova organização para a Associação. O Conselho de Representantes, em reunião no dia 11 de fevereiro, optou por unanimidade, pela opção 2, o que a diretoria da AASPTJ-SP também entende como o melhor caminho.

OPÇÃO 01
AASPTJ-SP estadual – assistentes sociais e psicólogos da área sócio jurídica

OU

Assistentes sociais e psicólogos dos Tribunais de Justiça do Estado de SP (TJ-SP, Tribunal Regional Federal-SP, Tribunal Regional do Trabalho-SP, Tribunal Regional Eleitoral-SP)



Necessidade de sindicato: aproximação com SindPsi e retomada do sindicato dos assistentes sociais

OPÇÃO 02

AASPTJ-SP Estadual – assistentes sociais e psicólogos dos Tribunais de Justiça de SP (TJ-SP, Tribunal Regional Federal-SP, Tribunal Regional do Trabalho-SP, Tribunal Regional Eleitoral-SP)



AASPTJ Nacional – assistentes sociais psicólogos dos Tribunais de Justiça do Brasil

Reunião GT 30 Horas



Ocorreu no dia 08 de março, na AASPTJ-SP, a primeira reunião do GT 30 HORAS JÁ, que tem como objetivo propor estratégias para viabilizar a conquista da redução de jornada sem redução de salário para os psicólogos do TJ-SP, a exemplo do que já aconteceu com os assistentes sociais.

Participaram doze psicólogos do Tribunal, as diretoras Mônica Carteiro, Magda Melão e Esther

Katayama e os colegas oriundos da capital (Santana, Pinheiros, Tatuapé, Vara Central) e do interior (Marília, Itapetininga, Presidente Prudente) e as diretoras Elisabete Borgianni e Maria Helena Correa. Também estiveram presentes seis psicólogas da Fundação Casa, que puderam relatar as lutas, conquistas e dificuldades que têm vivido em prol desta luta naquela instituição. Contamos com a participação do psicólogo

Rogério Gianinni, presidente do SINPSI (Sindicato dos Psicólogos), que apresentou informes sobre a luta das 30 horas, o trâmite do PLC 150/09, que está atualmente na Comissão de Seguridade Social da Câmara dos Deputados. Enfatizou que é de fundamental importância que todos os psicólogos participem das várias frentes a nível estadual e federal para que estes projetos possam ser votados e apro-

vados. No entanto, apontou que esta discussão da jornada de trabalho proporcionou que a categoria se engajasse e buscasse a representação do sindicato e dos trabalhadores em prol de melhores condições de trabalho e de uma reflexão mais crítica do fazer profissional.

Contamos ainda com a participação do psicólogo Rafael Marmo, psicólogo sanitário e ativista dos movimentos populares de saúde e educação, um dos coordenadores da campanha OcupeAlesp que incentivou a reflexão e a participação crítica dos colegas nas questões sociais tais como: a higienização da população como nos casos da Cracolândia e do Pinheirinho, a internação compulsória e a situação das comunidades terapêuticas.

Consideramos que os psicólogos judiciários têm um papel fundamental neste debate em busca desta conquista no Tribunal de Justiça, bem como os assistentes sociais judiciários para a garantia da jornada de trabalho, com condições dignas a todos os trabalhadores, resguardando o direito de acesso da população à Justiça.

Para tanto, agendamos uma nova reunião para continuarmos estas reflexões e a construção de estratégias em prol destas lutas para o **dia 22 de março**. Aguarde novas informações!

Esther Katayama, primeira tesoureira

Reposição salarial: TJ-SP promete, mas dinheiro não tem

O ano começou agitado no Judiciário paulista. A posse da nova gestão sob o comando do presidente, desembargador Ivan Sartori, iniciou-se em meio a uma crise institucional, num momento em que o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) acusou a Corte de São Paulo de má gestão por ter indevidamente antecipado verbas indenizatórias a uma pequena parcela de juízes e desembargadores. Alguns pagamentos chegaram a ultrapassar R\$ 1 milhão, caso do ex-presidente, desembargador Vallim Belocchi. Durante sua gestão, Belocchi não concedeu reposição salarial aos servidores – sequer recebeu as entidades – mas, adiantou a si mesmo o valor de R\$ 1,5 milhões alegando motivos pessoais. A transparência do maior Tribunal de Justiça do país foi colocada em xeque por uma saraivada de reportagens diárias na mídia.

Além das questões administrativas já bem trabalhadas do TJ-SP, Sartori assumiu também com a difícil missão de recuperar a imagem do Poder Judiciário para a sociedade e também para o próprio Judiciário, já que a maioria dos magistrados, desembargadores e servidores não teve o mesmo privilégio de uma pequena casta.

Detentor de um diálogo sempre progressista e em defesa dos servidores, o novo presidente não demorou a chamar as entidades para o início de um diálogo. Marcou para o dia 24 de fevereiro a primeira reunião.

Horas antes da reunião, o presidente anunciou aos servidores via intranet que o TJ-SP pretende cumprir a data-base do período entre março de 2011 e fevereiro de 2012, um índice em torno de 6 ou 7%. No entanto, para as entidades o desembargador afirmou que tudo dependeria de conversa com o governo do Estado. Uma reunião com o governador, Geraldo Alckmin, aconteceu no dia 28 de fevereiro.

De acordo com o que foi relatado pela mídia, Sartori saiu otimista do Palácio dos Bandeirantes. Afirmou que Alckmin não vai se opor à criação de 2.199 cargos de assistentes judiciários e ao novo valor de base salarial dos servidores, propostos pelo TJ. Disse que o governador se mostrou favorável ao



Presidente recebeu as entidades pela primeira vez

índice proposto pelo Tribunal, mas ficou de avaliar dados para confirmar a viabilidade do reajuste. Mas, afinal, qual será o índice? O governo vai liberar a verba necessária? Estas perguntas continuam sem respostas.

As entidades, o presidente foi claro. “Se me perguntarem digo francamente que não há dinheiro agora, mas vou me esforçar ao máximo para honrar o compromisso com os servidores”.

Elisabete Borgianni, presidente da AASPTJ-SP, expôs sobre a política de confisco salarial dos servidores públicos que vem ocorrendo no Estado de São Paulo. “Como não pode rebaixar o salário do servidor, o governo o congela não concedendo a reposição das perdas inflacionárias. A única forma de lutar contra isso é por meio de greve”, explicou.

Sartori demonstrou ter ciência dos problemas e das demandas dos servidores. Sabe dos 4,77% atrasados de 2010 (implantação de março a novembro) e também sabe da diferença do INPC (cerca de 13%) de 2002 para cá, bem como do montante de férias, FAM e licença-prêmio atrasados. Todas essas pendências

serão tratadas com o governador. Sartori disse que pretende pagar o passivo por meio de um carnê, assim como já ocorre com os juízes.

A conquista do mutirão

Nesta reunião mais uma vez discutiu-se muito sobre as formas de reposição dos dias parados em 2010. Um pouco reticente no início dos debates, Sartori acabou entendendo o ponto de vista das entidades, convencido pela fala de Elisabete de que não se pode punir 11 mil servidores por terem lutado por seus direitos, e definiu que os grevistas cumpram 40 horas de reposição até o próximo dia 31 de julho de 2012, impreterivelmente. O prazo não será prorrogado. Quem não cumprir pagará com o desconto de 80 horas. Quem já compensou com mais de 40 horas, receberá o residual em horas credoras.

As entidades que participam da Comissão de Condições de Trabalho e Recursos Humanos e que vêm realizando reuniões periódicas com as diretoras do RH do TJ, Diva Barreto e Lilian Salvador de Paula, entregaram ao presidente o projeto elaborado para a regulamentação do Instituto de Remoção, conforme previsto no Plano de Cargos e Carreiras. O projeto será estudado pelo desembargador e seus assessores.

Também atendendo a um pedido das entidades Sartori definiu que a Comissão de Condições de Trabalho e Recursos Humanos, se reunirá com a Comissão de Insalubridade do TJ-SP para cuidar dos problemas das condições inadequadas de trabalho que ocorrem no TJ.

Pesquisa Saúde e Condições de Trabalho no TJ-SP

É significativo o número de trabalhadores do Tribunal de Justiça de São Paulo que apresentam problemas de saúde física e mental. Muitas vezes, no nosso ambiente de trabalho vivenciamos situações desgastantes que passam despercebidas, mas que determinam ou contribuem para o adoecimento: relações entre chefes e subordinados, jornadas extensas, volume de trabalho, grau de responsabilidade com as tarefas, cumprimento de prazos, ritmo de trabalho, desvios de função, falta de pessoal, defasagem salarial, falta de perspectivas de carreira. Enfim, políticas de gerenciamento que desconsideram os limites físicos e psíquicos do trabalhador em prol das metas.

Quais são as causas desse adoecimento crescente dos trabalhadores do Tribunal de Justiça, que afeta profundamente a qualidade de vida pessoal, familiar

e profissional? Ele está relacionado às condições de trabalho? Como preveni-lo?

Na busca dessas respostas, a AASPTJ-SP, ASSOJURIS, AFFOCOS, ASSOJUBS, decidiram iniciar uma pesquisa com os funcionários do TJSP - escreventes, oficiais de justiça, agentes judiciários, assistentes sociais e psicólogos – com o objetivo de conhecer com profundidade a realidade das condições de trabalho e as repercussões na saúde física e mental dos trabalhadores.

A pesquisa será coordenada pela socióloga Agda Aparecida Delia, que foi coordenadora técnica do DIESAT (Departamento Intersindical de Estudos sobre Saúde e Ambientes de Trabalho) e desde 1981 assessora movimentos sindicais em pesquisas relacionadas a saúde do trabalhador. Terá a consultoria da Dra. Edith Seligmann-Silva, psiquiatra e médica

sanitarista, professora doutora aposentada da USP e da FGV-SP, autora do livro “Trabalho e Desgaste Mental: o direito de ser dono de si mesmo.”

Será realizada através de metodologia qualitativa, utilizando técnicas de entrevistas individuais e coletivas, para isso é fundamental que todos estejam abertos à participação.

É importante ressaltar que a identidade dos entrevistados será conhecida apenas pelas pesquisadoras e mantida em total sigilo.

Os resultados dessa pesquisa contribuirão com a luta das associações na defesa de melhores condições de trabalho junto ao Tribunal de Justiça.

Audiência pública sobre a reintegração de posse no Pinheirinho



AASPTJ-SP acompanhou a audiência

A AASPTJ-SP, representada pela presidente, Elisabete Borgianni, e pela primeira secretária, Maria Helena Correa, acompanhou a audiência pública realizada no dia 2 de fevereiro na Assembleia Legislativa sobre a reintegração de posse ocorrida no

Pinheirinho, em São José dos Campos.

Coordenado pelos deputados Carlos Giannazi (PSOL) e Adriano Diogo (PT), o evento apresentou relatos ao vivo de moradores que foram tirados de suas casas a força pela Polícia Militar e pela Guarda Civil Metropolitana de São José dos Campos. Foram exibidas fotos e filmagens da ação. Em algumas é possível identificar policiais apontando armas de fogo para a população. Os moradores também denunciaram que algumas pessoas não conseguem localizar seus parentes e que os abrigos para onde foram encaminhados não oferecem condições mínimas de higiene e espaço. Uma moradora afirmou que os moradores não têm acesso às doações que chegam ao local porque estão sendo desviadas pela Guarda Municipal.

Foi exibido o áudio de uma gravação com o morador de nome Deivid, de 30 anos, que disse ter sido baleado por um guarda-civil municipal quando teve início o cumprimento da ordem de reintegração de posse por parte dos oficiais de Justiça.

A jornalista Lucia Rodrigues também prestou depoimento denunciando o impedimento da imprensa de acompanhar a ação. De acordo com seu relato, Lucia foi ameaçada por um guarda civil que teria atirado em sua direção. A descrição do guarda feita pela repórter coincide com a descrição de Deivid.

“O que aconteceu lá foi uma barbárie nunca vista antes”, relatou o defensor público Jairo de Souza. Ele esclareceu que a destruição das casas estava proibida por uma decisão judicial estadual, expedida pelo juiz Sílvio Pinheiros. Quando chegou ao Pinheirinho, Souza disse ter sido hostilizado pelo policial que comandava a ação: “ele riu e disse que não acataria a ordem por eu não ser oficial de justiça”. O defensor afirmou que quase foi atingido por balas de borracha. “Mas, para quem conhece a história de São José dos Campos, entende perfeitamente o que está ocorrendo. É uma cidade de elite que se vende como perfeita é quer eliminar fisicamente a pobreza”, desabafou.

Giannazi e Diogo estão organizando um dossiê com documentos e relatos dos moradores retirados da área, que será enviado ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e à Comissão de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA). “Queremos que o CNJ investigue a juíza Márcia (Loureiro, de São José dos Campos, que decidiu a favor da reintegração de posse do Pinheirinho) e o Tribunal de Justiça de São Paulo. E queremos que a ação seja investigada internacionalmente para que as autoridades responsáveis respondam pelos crimes cometidos lá por ocasião do cumprimento da ordem de reintegração”, afirmou Giannazi.

AASPTJ-SP

AASPTJ-SP prossegue visitas ao interior

A Diretoria da AASPTJ-SP fechou as visitas do ano de 2011 na região de Registro, no dia 2 de dezembro. A Associação foi representada pela sua vice-presidente, Catarina Volic, pela primeira secretária, Maria Helena Correa, pela conselheira fiscal Magda Melão e pela assessora da Diretoria Vilma Regina da Silva.

Estiveram presentes as equipes técnicas das seguintes cidades: Registro, Pariquera-Açu, Eldorado, Juquiá, Miracatu e Jacupiranga.

Durante o encontro, foram discutidos assuntos relacionados às demandas do cotidiano profissional, análise da conjuntura atual frente à reforma sindical e os rumos da Associação. Toda a construção do diálogo com os associados foi feita por meio das explicações sobre as ações da AASPTJ-SP definidas no Planejamento estratégico e desenvolvidas durante este período de gestão.

O ano de 2012 iniciou com um grande encontro na região Assis/Marília no dia 10 de fevereiro. As diretoras Maria Helena Correa, primeira secretária; Esther Katayama, primeira tesoureira e a assessora Wanderlí Caruso foram as responsáveis por ouvir os associados e levar a palavra da Associação.

Tivemos 29 participantes das cidades de Assis, Marília, Maracá, Quatá, Ipaçu, Candido Mota, Garça, Gália, Pompéia, Paraguaçu Paulista.

Durante o encontro, foi enfatizada a necessidade de estudos e reflexão sobre os rumos da AASPTJ-SP e de seu Estatuto em virtude das aposentadorias e

diminuição de seu corpo de associados; da dificuldade da garantia de reposição do quadro através de concursos e contratações; da Reforma Sindical e a problemática da representação em mesa de negociação. As alternativas apresentadas envolviam desde a aproximação junto às entidades sindicais e associações de caráter nacional já existentes, como a criação de uma entidade nacional que representasse os anseios dos trabalhadores da área Social e da Psicologia nos Tribunais de Justiça.

Os associados foram incentivados a participarem das várias frentes de trabalho e de enfrentamento da associação através de Grupos de Trabalho (GTs) dos seguintes assuntos: 30hs da Psicologia (acompanha o andamento do PL e articula ações políticas em busca desta conquista), Ações políticas (envolvimento nas discussões com as entidades representativas e movimentos sociais, e no processo de articulação para negociação com o TJ), AASPTJ nacional (construção de alternativas para a instalação de uma entidade no âmbito nacional que represente legitimamente os assistentes sociais e psicólogos em suas lutas por melhores condições de trabalho, pela qualidade técnica e pela inserção política nos diversos caminhos existentes, na defesa de ambas as profissões), Capacitação (reflexões sobre quais necessidades se faz presentes no cotidiano profissional para propor temas para cursos de aperfeiçoamento técnico, supervisão e ou assessoria), Condições

de Trabalho (participação na pesquisa da Saúde dos trabalhadores do Judiciário já em andamento, que tem por objetivo propor ações políticas de enfrentamento ao TJ), Aposentados (pensar ações de lazer, cultura e também de participação teórica diante da imensa contribuição que estes profissionais prestaram ao TJ durante o exercício de suas atribuições.)

EXPEDIENTE

AASPTJ-SP – Associação dos Assistentes Sociais e Psicólogos do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo
Diretoria: Presidente – Elisabete Borgianni, Vice-presidente – Catarina Volic, 1ª Secretária – Maria Helena Correa, 2ª Secretária – Mônica de Lurdes Leoni Carteiro, 1ª Tesoureira – Esther Akemi Kavano Katayama, 2ª Tesoureira – Paulo Eduardo Bezerra

Conselho Fiscal: Mônica Giacomini, Margarida Maria Buosi e Magda Melão Suplentes: Elaine Cristina Major Ferreira e Deise Rodrigues Amorim

Conselho Editorial: Maria Helena Correa, Mônica Giacomini, Mônica Carteiro, Paulo Eduardo Bezerra e Ana Carolina Rios

Redação e edição: ACRL Comunicação
Jornalista responsável: Ana Carolina Rios (Mtb 35.875-SP)
Diagramação: Eduardo Seiji Seki

Tiragem: 1300 exemplares

Endereço: Rua Barão de Itapetininga, 125 – 2º andar – Conj 21 – Centro – Cep 01042-001 – São Paulo – SP
Telefone: (11) 3256-5011; E-mail: aasptjsp@aasptjsp.org.br;
Site: www.aasptjsp.org.br

Os artigos assinados são de inteira responsabilidade dos seus autores, não representando necessariamente a opinião do responsável pelo jornal e da Diretoria da AASPTJ-SP.